

TERRITÓRIODA PROSTITUIÇÃO MASCULINA EM GOIÂNIA: UMA BREVE ANÁLISE

TERRITORY OF MALE PROSTITUTION IN GOIÂNIA: A BRIEF ANALISYS

Valdir Inácio do PRADO JÚNIOR¹
Fabrício Borges do AMARAL²
Ycarim Melgaço BARBOSA³

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a interação entre os diferentes territórios da prostituição masculina em Goiânia, Estado de Goiás, e os conceitos basilares referentes ao assunto. Para tanto, adotou-se como metodologia as pesquisas bibliográfica e qualitativa. Por meio do levantamento bibliográfico, mapeou-se o território e suas concepções no âmbito da Geografia e de outras áreas do conhecimento. Além disso, procedeu-se a uma entrevista semiestruturada, com quatro participantes. Nesta, foram relatadas observações a respeito da prostituição masculina. Nota-se que os territórios fazem parte de um contexto mais amplo, não se restringindo ao espaço geográfico. Neste contexto, encontram-se a imagem, o texto e o corpo. Goiânia contempla territórios fixos de prostituição, compreendendo um quadrilátero no Setor Central da cidade. Neste, são encontrados os chamados acompanhantes e seus territórios simbólicos e móveis. Assim sendo, como resultado da pesquisa, foram identificados: a movimentação e a formação de pontos móveis e simbólicos na região supracitada; com relação ao ponto fixo, este ocorre em horários não comerciais.

Palavras-chave: Goiânia; Prostituição masculina; Territorialidade; Território.

Abstract: This article aims to analyze the interaction among the different territories of male prostitution in Goiânia, in the state of Goiás, and the basic concepts regarding the subject. For that purpose, it was adopted as methodology both bibliographic and qualitative researches. Through a bibliographic survey, the territory was mapped along with its conceptions within the scope of Geography and other areas of knowledge. Furthermore, a semi structured interview was undertaken, with four participants. In it, observations about male prostitution have been reported. It is observed that territories are part of a broader context, not restricted to geographic areas. In this context, one finds image, text and body. Goiânia possesses fixed prostitution territories, comprising a quadrangle in the city's Central neighborhood. In this area, the so-called male escorts and their symbolic and mobile territories are found. Hence, as a result of this research, it was identified: the movement and the formation of mobile and symbolic spots in the abovementioned region; with regard to the fixed spot, it occurs during non business hours.

Keywords: Goiânia; Male prostitution; Territoriality; Territory.

Introdução

A reflexão acerca dos diferentes tipos de territórios é importante para a composição do estudo sobre as questões territoriais. A territorialização, a desterritorialização, a reterritorialização, a multiterritorialização e as microterritorialidades são composições essenciais no desenvolvimento e no planejamento territorial.

¹ Valdir Inácio do Prado Júnior – Mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – PUC-GO – valdirpradojunior@gmail.com

² Fabrício Borges Amaral – Mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – PUC-GO – fbaconsultores@gmail.com

³ Ycarim Melgaço Barbosa – Doutor em Geografia (Geografia Humana) - USP – ycarim@gmail.com

Este artigo tem por objetivo fazer o levantamento de territórios que emergem dentre tantas definições, o que envolve questões antropológicas de territorialidades simbólicas, móveis, culturais e econômicas, vinculadas a uma nova concepção, a do território do corpo, da rua e das mídias. Portanto, intenta-se aqui fazer um levantamento sobre os territórios da cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, onde se encontram a prostituição masculina, e verificar a interação entre esses territórios.

Entendendo a relevância do tema e o anseio em contribuir com a literatura e a pesquisa sobre a prostituição masculina, nota-se que essa ocupação está assentada na sociedade goianiense, escondida em seus meandros. Não há ainda a regulamentação dessa atividade como profissão, mas os direitos e deveres dos acompanhantes são amparados, principalmente, quando se toma em consideração a Consolidação das Leis Trabalhistas (BRASIL, 1943) e o próprio Código Civil (BRASIL, 2002). Diante disso, compete ao pesquisador verificar como se forma estes territórios em Goiânia.

Metodologia

Este estudo amparou-se nas pesquisas bibliográfica e qualitativa. Inicialmente, pretendeu-se mapear os vários campos do conhecimento que abordam a temática território, objetivando elucidar os territórios da prostituição masculina. Desse modo, foram realizadas buscas no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Ministério da Educação (MEC), utilizando diversos bancos de dados, a saber: PycInfo, Scielo, Lilacs, Scopus, Onefile. Os descritores empregados foram: “territórios”, “corpo” e “prostituição”. Ao todo, foram levantados 140 artigos. Desses, apenas 39 se aproximaram do tema da pesquisa, não tratando, contudo, dos constructos território e prostituição. Isto é, não foram encontrados instrumentos que avaliassem os territórios relacionados diretamente com a prostituição masculina, o que fomenta ainda mais a perspectiva de um espaço amplo de estudo e pesquisa. Ademais, foram pesquisados 45 livros da área de desenvolvimento regional e dois sites governamentais (FERREIRA, 2002).

Logo após, foi construído um questionário semiestruturado, com o objetivo de levantar dados acerca da prostituição masculina na cidade de Goiânia. Nos meses de novembro e dezembro de 2016, foram entrevistados quatro garotos de programa, com idade média de 26 anos.

Território – local de trabalho

Ao abordar o conceito de território, Foucault (2008) o contextualiza não somente em termos geográficos, mas também políticos e jurisprudenciais, evidenciando as relações de poder e como estas são aplicadas, tanto física quanto verbalmente. Nesse sentido, o território se une a vários campos, seja epistemologicamente ou por meios dos vastos campos das Ciências Sociais, promovendo espaço, características econômicas e, principalmente, determinando a vida da sociedade. Observa-se, então, que “os territórios tornam-se elementos da genealogia dos processos, conferindo-lhes uma natureza incerta, contingente e inesperada” (REIS, 2015, p. 109). Dessa forma, pode-se afirmar que território ultrapassa as barreiras geográficas, internalizando uma cultura no espaço e os valores de um povo (GONDIM; MONKEN, 2008; CASTRO, 2009).

Esse conceito tem origem nas Ciências Naturais, em que os animais e as plantas condicionam seus territórios pela dominação de uma determinada região física. Essa ideia foi incorporada pela Geografia, área de estudo que estabeleceu as relações de espaço e os limites

geográficos, revelando, assim, as relações de poder estabelecidas dentro dos territórios. Com base na ideia de poder, outras áreas do conhecimento incorporaram esse conceito, como a Sociologia, a Antropologia, a Econômica, a Ciência Política, o Direito e a Psicologia (FLORES, 2006; HAESBAERT, 2014).

Nota-se que o termo território também estabelece vínculo com a ideia de nação, carregado de relações sociais, com foco econômico. Nesse sentido, o mercado, a moeda, a população e o próprio território estabelecem uma relação de força maior, o que dá origem à nação, que pode originar outras, romper-se ou até mesmo dividir-se (IANNI, 1988; HAESBAERT, 2014). Além disso, observa-se que fragmentos da população de uma nação podem estabelecer fronteiras imaginárias, antropológicas e, sobretudo, mercadológicas.

Etimologicamente, território deriva do latim *terra e torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado, associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e à geopolítica. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. [...] Apropriação passa associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial (CORRÊA, 1994, p. 251).

O território enquanto terra não pode se restringir ao espaço físico, uma vez que representa as características de uma sociedade e seus limites estabelecidos pelo poder, tendo sua propriedade controlada pelo grupo que nele está inserido. Isso contempla os seres humanos, os animais e os vegetais de determinada localidade. E, além disso, contempla a cultura, a sociedade, a geografia, a política, a economia e os fatores psicológicos de um grupo (GEIGER, 1994).

Quando se fala em território, observa-se um conjunto de diferentes interpretações, seja por meio de uma visão meramente estática, seja por uma mais complexa, norteadas por questões culturais, políticas e econômicas. Todas essas questões são organizadas hierarquicamente, estabelecendo relações de poder, que controlam e determinam as relações humanas (RAFFESTIN, 1993; GEHLEN; RIELLA, 2004).

[...] O território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. [...] O território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. [...] território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo. [...] território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico (HAESBAERT, 2014, p. 40).

De acordo com Saquet (2007), o território é a soma de vários elementos – econômicos, políticos e culturais. Isso significa que esses elementos são fundamentais para a compreensão acerca das mudanças que ocorrem no território, em especial da percepção que a sociedade tem com relação ao tempo e ao espaço. Nesse sentido, o território assume dimensões de interação

das relações de poder controladas pelo Estado, que determina a noção de espaço e território. Nota-se que a Antropologia trata das questões simbólicas; a Sociologia, da intervenção das relações; e a Psicologia, da construção da subjetividade. Observa-se, desse modo, que territorialidade assume uma multidisciplinaridade, abrangendo terra, poder e relações humanas (VILELA, 2009; HAESBAERT, 2014).

A par dessas considerações, verifica-se a interação entre os aspectos sociais e as relações estabelecidas no comércio do sexo, assim como um público diferenciado nos variados locais de divulgação desse “produto”. Por exemplo, detecta-se, dentro de determinado grupo, usuários de drogas, sendo estes os que mais se expõem às ruas, a fim de conseguirem dinheiro para comprar mais drogas. Esse é um exemplo de deformação de territórios sociológicos e psicológicos (SOUZA; CARVALHO, 2014). O território também pode ser delimitado por perspectivas econômicas, pois dentro dele se desenvolvem vários tipos de economia, articulando o saber fazer com a cultura local.

Na presente pesquisa, observou-se, durante a análise das informações, que há uma região fragmentada no quadrilátero do Setor Central da cidade de Goiânia, compreendendo as ruas 2, 8, 3 e 7. Essa localidade é percebida como ponto fixo de prostituição masculina no período noturno. Identificou-se também que os acompanhantes cobram por hora de atendimento, sendo que o valor varia de R\$50,00, cobrados nas ruas e saunas masculinas, a R\$300,00, para atendimento em local próprio ou em domicílio. A quantidade de atendimentos realizados oscila, pois está ligada diretamente ao local e ao estereótipo do território-corpo (FLORES, 2006; CASTRO, 2008; POMPEI et al., 2014). Nota-se também que determinados grupos se aglomeram de acordo com sua própria estereotipagem, e os clientes fazem a escolha conforme a imagem física transmitida por determinado grupo, e isso inclui, muitas vezes, o órgão sexual.

Corrêa (1994) e Geiger (1994) afirmam que os territórios possuem áreas de livre acesso e circulação, abertos ao público, o que promove diferentes relações lúdicas, com aglomerações de serviços centrais de variadas áreas. Estas são utilizadas para que a população desfrute do ambiente como forma de agregar valor e renda.

Durante a pesquisa, observou-se que os garotos de programa e os clientes promovem encontros em determinados locais com objetivo apenas sexual, como pontuou um dos entrevistados: “A gente junta todo mundo em determinado dia no mês para uma tremenda de uma suruba”. Nesse sentido, verifica-se a criação de uma microterritorialidade, pois esse novo evento criado, mesmo sendo em outro espaço, representa uma continuidade dos espaços já delimitados na rua (FORTUNA, 2012).

Desde o século passado, existe uma preocupação com o controle do território realizado pelo Estado e com as relações estabelecidas dentro desse espaço. Logo, é imprescindível entender a origem dos termos território, territorialidade, desterritorialidade e microterritorialidade, e suas influências nas Ciências Sociais, que fazem uso desses conceitos, em especial a geografia política e a geopolítica. Esses conceitos estão vinculados à ideia de poder, sendo a área dominada ou gerida por um determinado grupo. Portanto, torna-se um equívoco reduzir esses termos à ideia de espaço ou de lugar (ANDRADE, 1994; HAESBART, 2014).

Acerca da prostituição masculina, a simbologia e a mobilidade podem ser identificadas nas ruas onde ela está inserida, bem como nas mídias: nos classificados dos jornais, nas páginas publicitárias na internet e nos aplicativos paratelefonos móveis.

Neste contexto, importa mencionar a desarmonia entre o território local e o território de todos, devido a ideologias, regras, crenças e culturas. Isso porque a sociedade possui características regionais: o comércio nas ruas, instalado no local onde situam os microterritórios dessa prostituição, e a sociedade migratória temporária. Assim, destaca-se o compartilhamento solidário dos membros que compõem esse novo território, com o

cruzamento de suas regras locais, estimulando a territorialidade, ou seja, criando engajamento, dedicação e integração (ANDRADE, 1994; SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994).

O território simbólico é considerado abstrato. Nele, há contradições, disparidades, choques e territórios sobrepostos. Em determinados momentos, é ocupado por um grupo; em outro, esse mesmo território é ocupado por um grupo diferente do anterior, ocasionando, desse modo, a reterritorialização. É importante evidenciar também as relações sociais estabelecidas dentro dos territórios, sendo essas relevantes para o estudo da territorialidade humana, tornando um arquétipo nas novas formas de repensá-lo (RAFFESTIN, 1987; 1993).

Na região central de Goiânia, no período diurno, encontra-se o comércio local; ao se desterritorializar, ou seja, quando o comércio fecha suas portas, o local se reterritorializa, com uma nova atividade, a da prostituição. Assim, entram em cena os acompanhantes, que desfilam pelas ruas, a fim de vender seus corpos, com suas simbologias peculiares, recriando esse território delimitado por fronteiras imaginárias.

Por meio da reterritorialização, cria-se um novo ambiente; emerge da escuridão um mundo diferenciado. Os acompanhantes tentam chamar a atenção dos clientes que transitam pelo local, até que estes escolham os que mais lhe agradam. Verifica-se que os acompanhantes realizam a abordagem na própria rua, a fim de comercializar o próprio corpo. A consumação do ato sexual ocorre, muitas vezes, dentro dos veículos de clientes, nas ruas desertas da região, em hotéis e motéis locais ou em outras regiões.

Segundo Santos, Souza e Silveira (1994), território é a forma de mostrar ao mundo sua coesão, sua finalidade, seus processos naturais e os comportamentos da sociedade em seu respectivo espaço. Pode ser considerado território móvel em função do movimento e da criação de um novo lugar, ligado de maneira vertical ou horizontal, virtual ou física, pela proximidade ou distância, sendo formado por uma rede de comunicação vinculada aos seus paradigmas sociais. Essa rede promove uma nova realidade, a qual constituirá um percentual do espaço unido por diversas partes.

Nota-se que há uma consciência mútua dos usuários desses espaços, visto que estabelecem uma interação social entre si; isso, conseqüentemente, dá origem a regras de conduta. Isto é, na rua, deve-se respeitar o seu limite e o limite do outro, visto que o corpo é exposto como mercadoria. Já nas mídias (jornais, sites e aplicativos), os acompanhantes seguem um padrão de como divulgarem o corpo, formando, assim, a territorialidade do grupo (GOFFMAN, 2010).

Quando se fala em território, não se pode deixar de abordar as pessoas que vivem e usufruem determinados espaços. No território, condições de poder diferenciadas são necessárias para a sobrevivência desses indivíduos, ou seja, normas são projetadas, mas não as do próprio território, que foram estabelecidas anteriormente, e sim as criadas pelas pessoas que o habitam (SACK, 1986; SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994). Nesse sentido, é mister compreender a territorialidade, a fim de verificar as dinâmicas estabelecidas entre os indivíduos que estão inseridos no território, seja por controle de recursos ou pessoas (SACK, 1986).

A territorialidade humana é uma ideia secundária da área da Geografia. Em seu sentido etológico, o termo territorialidade remete à concepção dos limites dos territórios dos animais, transferindo ideia símile à ciência dos homens. Nesse sentido, Raffestin (1987, p. 264) entende que o ser humano “é um animal semiológico cuja territorialidade é condicionada por linguagens, códigos e sistemas de sinais. O procedimento do homem, de alguma forma, está na constituição linguística do mundo”.

Durante o desenvolvimento deste estudo, constatou-se uma linguagem corporal própria dos acompanhantes, mediante gesticulações e exposição da imagem enquanto produto, bem como formas de posicionamento. Ou seja, os corpos desses indivíduos relacionam-se com os outros, com o objetivo de delimitar o espaço dentro do território, pois o

próprio corpo precisa ter uma relação recíproca com o espaço onde está inserido. Ao vincular o corpo a questões geográficas, conseqüentemente, territoriais, percebe-se a inclusão desses indivíduos dentro de um mundo social, fazendo com que se insiram em uma posição específica no espaço (BARTHE-DELOIZY, 2011).

Ao estabelecer uma comparação entre os territórios animal e humano, nota-se que o primeiro limita-se ao espaço, já o segundo vincula-se à cultura e à comunicação. Diante disso, entende-se que a territorialidade humana consiste em relações estabelecidas entre os seres humanos, inseridos em uma sociedade com diversidades específicas, tais como: línguas, religiões, tecnologias, atitudes, afinidades, consistindo em constante entrada e saída de território, ou seja, territorialização, desterritorialização e reterritorialização (RAFFESTIN, 1987).

Nesse contexto, importa mencionar que a principal característica do processo de territorialização é o impacto econômico. Ao extinguir as fronteiras do território ou quando essas são deixadas para trás pela sociedade, tem-se a desterritorialização; quando se retoma ou se reconstrói o território com base em fatores econômicos, tem-se a reterritorialização (RAFFESTIN, 1993).

Segundo Corrêa (1994), a territorialidade consiste em um conjunto de costumes e simbologias pertencente aos grupos sociais; a desterritorialização, por sua vez, é entendida como eliminação da sociedade que se desfaz de seu território, promovendo novas territorialidades. A desterritorialização não exaure o território, pois aquela trata da forma como este é utilizado, a fim de descrever os movimentos dos objetos para novas localidades, ou seja, deslocamentos abstratos e concretos, vinculados ou não à geografia, promovendo ligações entre a sociedade e o seu novo território (GUATTARI, 1990).

Pode-se afirmar que a territorialidade é promovida pelos fetiches, estabelecidos por uma relação social quimérica, ilusória. Marx e Engels (1980) destacam que fetiches são produtos imaginários, criados pelo cérebro carregado de fantasias. Além disso, possuem vida própria, assim como os preconceitos. Nesse sentido, observa-se que a prostituição masculina, escondida nos meandros da sociedade, gera medo, repulsa e até mesmo agressividade dentro dos grupos, pois não é algo considerado comum. Todavia, nessas territorialidades, ideias, valores, culturas e ideologias são formadas. Por outro lado, a desterritorialização é considerada como a migração do poder de um espaço para outro, podendo gerar conflitos sociais, mas com os mesmos valores ligados à territorialidade. Já a reterritorialização ou nova territorialidade é a fixação daquilo que foi desterritorializado por meio de lutas sociais, podendo também ser caracterizada pelo novo enraizamento de movimentos migratórios, grupos informais, ilegais, pela indústria do sexo, entre outros, os quais promovem um novo urbanismo nos locais que fixarão como novo território (NEVES, 1994; BARRETO, 2008).

Analisando a literatura existente sobre o tema, Braz (2011) destaca que a prostituição remonta aos povos caldeus, visto que era costume entre estes oferecer suas mulheres e filhas aos visitantes como forma de mostrar hospitalidade. O caráter profano dessa prática é que a caracterizava como prostituição, dado que, do ponto de vista cultural e social, era uma prática aceitável. Nos dias atuais, a prostituição é utilizada para a satisfação de desejos sexuais, principalmente a fantasia. Portanto, comercializar o corpo também atinge a ânsia do prazer, sendo que o fetichismo vincula-se à perpetuação do consumo e à necessidade de se obter a mercadoria.

Harvey (2001) afirma que uma estética predefinida insere, no imaginário humano, o fetiche como um objeto de anseio, em que o anúncio do produto nos territórios móveis e simbólicos, como jornais, sites e aplicativos, aguça a curiosidade dos clientes. Nesse sentido, verifica-se que os acompanhantes tentam estabelecer a relação sexo-mercadoria-cliente, sendo eles responsáveis por atender aos desejos e realizar as fantasias daqueles que utilizam seus

serviços (FIGUEIREDO; BRITO; BOTAZZO, 2003; HENRIQUE, 2009; HAESBAERT, 2014).

Com relação à rua, esta pode ser definida como um local público rodeado por muros, casas, prédios, praças, comércios, dentro das cidades, das vilas e dos vilarejos (DICIONÁRIO MICHAELLIS, 2009). Assim sendo, as cidades estão inseridas em um espaço que possuem fronteiras. Medeiros (1999) afirma que a rua pode ser vista como uma categoria social; nela, está inserido um território de vida e de trabalho, resultando em um processo social de exploração, predominância e exclusão. Oliveira (1998) destaca que a rua é segmentada de espaços de caráter prolífico, doutrinador, emblemático, violento, que recria, reorganiza e concebe territórios carregados de aspectos morais. Esse território operacionaliza os efeitos públicos e financeiros dos habitantes dos espaços construídos ou não, “o lugar do não-lugar” (OLIVEIRA, 1998, p.51).

Todavia, as ruas apresentam características profanas e possuem habitantes carregados de ideologias, que buscam resguardar sua dignidade e seu senso social. De um lado, considerada como um espaço maléfico carregado de tendências libidinosas, enxergada como um espaço de imoralidade; de outro, o reflexo de uma sociedade sem medo, onde há festividades, comemorações, movimentos, uma rede produtiva de trabalho, com características identitárias variadas, multifacetadas, imbuídas de ideologias sociais e exequibilidades variadas (OLIVEIRA, 1998).

Nesse território, considerado o lugar de todos, verifica-se movimentos que caracterizam os territórios móveis, por meio das várias atividades desenvolvidas, pela volubilidade do que ocorre nos turnos e pelo comércio estabelecido por diferentes grupos que buscam um serviço determinado. Nesse sentido, importa destacar a disputa de forças travada entre os diferentes grupos sociais presentes nesses lugares, em que o mais forte domina o mais fraco ou aquele que não se organizou em grupo, promovendo as diferentes territorialidades. Dessa forma, pode-se afirmar que territorialidade é a aglomeração de comportamentos com características comuns entre os indivíduos (OLIVEIRA, 1998; HAESBAERT, 2014).

Com relação à demarcação das fronteiras, invisíveis nos espaços públicos, essa acontece de forma simbólica, estabelecendo a relação entre direção no espaço e legitimação de sua posse. Assim, a apropriação de alguns logradouros, na área central ou periférica da cidade, existe em função de suas particularidades, o que contribui, dessa forma, para originar determinados territórios de prostituição masculina (RIBEIRO; MATTOS, 1996; HAESBAERT, 2014).

O território estudado nesta pesquisa restringe-se à cidade de Goiânia, considerada umas das mais modernas e com grande relevância econômica para a região Centro-Oeste do Brasil. A localização geográfica de Goiás coloca o estado em uma posição logística estratégica, pois se situa no centro do país e conta com uma malha rodoviária que interliga as demais regiões do Brasil. De acordo com a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN, 2013), em um raio de aproximadamente 1.200 quilômetros, localiza-se cerca de 75% do mercado consumidor do país. Isto é, o Estado de Goiás está situado em um ponto estratégico, com acesso rápido às capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e à capital federal, Brasília.

Em Goiânia, os limites imaginários demarcados simbolicamente configuram-se em territórios noturnos fixos, sendo estes considerados também territórios móveis, devido à transformação diurno-noturna, e estão situados nas referidas ruas do Setor Central. Nessas, cada grupo de prostituição determina seu próprio território, defendendo-o, algumas vezes, com certo grau de violência, da ameaça de invasão de outros tipos de atores sociais.

Durante a pesquisa com alguns garotos de programa, constatou-se, em Goiânia, a existência de duas áreas centrais para a disseminação da prostituição, ambas localizadas no Setor Central da cidade. Um dos entrevistados foi categórico em afirmar que não existe a

escolha de determinado ponto fixo, mas apenas a escolha daquela região onde os acompanhantes se localizam. Isto é, os acompanhantes não saem para outras regiões atrás de clientes; na verdade, são os clientes que vão até eles naquele território já delimitado pelo grupo. Isso corrobora a ideia de Ribeiro e Mattos (1996) ao pontuarem que os territórios dos michês são mais simbólicos, não existindo uma rigidez na escolha.

Os territórios da prostituição de rua tendem a ser volúveis, pois ora se ampliam, ora se reduzem, ocupando determinada porção de um espaço público. De certo modo, são móveis, pois não existe um limite estabelecido, sendo até instáveis, acompanhando os espaços de concreto, as praças e as ruas. Esse tipo de territorialização alterna-se habitualmente entre os períodos diurno e noturno (SOUZA, 1995).

Destaca-se aqui que, em Goiânia, por exemplo, ações envolvendo o Ministério Público, a Polícia Militar e outros órgãos procuram extinguir determinados locais de prostituição (TAVARES, 2014).

Observa-se que a apropriação do território pela prostituição masculina vincula-se diretamente com as limitações dos espaços dentro do cotidiano da sociedade, sendo eles: ruas, jornais, sites e aplicativos, tomados por grupos que promovem a territorialidade (CORRÊA, 1995; SILVA, 2009; ORNAT, 2009). Antigamente, nas cidades brasileiras, a região que agrupava as atividades de prostituição e boemia era chamada de zona. Nem sempre a zona comportava toda a prostituição da cidade, mas era o lugar mais conhecido e de maior concentração (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004).

No caso da prostituição, uma rua, um conjunto de ruas ou um lugar pode ser um território durante certo período de tempo. Isso ocorre porque o indivíduo ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território. Esses pontos são delimitados simbolicamente pelos grupos e estão localizados em regiões, como nas ruas do centro da cidade, em jornais, sites e aplicativos, ou seja, as ruas e as mídias são utilizadas para a oferta do serviço de prostituição, configurando-se, assim, como territórios (RIBEIRO; MATTOS, 1996; HAESBART, 2014).

Existem alguns sites e aplicativos interativos que auxiliam na promoção do encontro de garotos e garotas de programa. Com relação aos garotos de programa, aplicativos como o Grindr permitem que eles postem fotos para quem procura por um acompanhante. Quando do uso do Grindr, verificou-se a utilização de imagens para destacar que determinado indivíduo está aberto para a comercialização de seu corpo. Nesse aplicativo, é possível verificar fotos do perfil e a descrição dos usuários, evidenciando uma similaridade com os anúncios de jornais. Um dos participantes entrevistados afirmou que faz uso desse aplicativo por ser bastante confiável. Durante a negociação, ele também pede foto do cliente. Além disso, não há custos, pois a ferramenta possui uma versão gratuita. Sendo assim, seus rendimentos são maiores. Outro aspecto importante levantado pelo participante foi o fato de que o aplicativo permite que a negociação seja mais segura. Nota-se que a migração desses serviços para a internet necessita ser mais pesquisada (CARDOSO, 2014).

O uso de mídias alcança uma grande quantidade de pessoas, tendo poder de persuasão mediante a manipulação de sensações e emoções. A publicidade veiculada pelas mídias permeia a comunicabilidade, trazendo a ideia de território oportuno para o processo de compra, ampliando, desse modo, suas fronteiras e rompendo barreiras territoriais móveis, simbólicas e culturais (BURGOS, 2005; BURROWES, 2005; HAESBART, 2014).

A multiterritorialidade promovida pela publicidade de anúncios estabelece uma relação de compra e venda, atraindo consumidores, com o objetivo de manipular seus desejos pessoais. Isso remete à ideia de territórios rugosos, os quais permeiam a ânsia e a voluptuosidade devidamente planejada, com vistas a atingir a essência emocional (DELEUZE; GUATTARI, 1997; BURROWES, 2005; HAESBAERT, 2014).

Nota-se, portanto, que o estudo sobre territórios auxilia no preenchimento da lacuna encontrada nos estudos que estabelecem a relação entre território e gênero, com foco na prostituição masculina, e põe em evidência a inexistência de políticas públicas voltadas para as diferentes territorialidades de prostituição.

Território e corpo

O Estado é responsável por distribuir os corpos pelos territórios físicos; porém, alguns destes são ocupados sem a devida ordem, apenas pela facilidade de livre comércio ou acesso. Desse modo, a disposição de forma estratégica dos sujeitos nesses territórios facilita o controle e a dominação do espaço, em suas formas de arranjar e rearranjar a sociedade com as regras do lugar (LÊNIN, 1983; MODARDO, 2009).

A ordenação e a segregação dos corpos nos territórios estão vinculadas às relações de autoridade, por uma ideologia de domínio da espécie humana, seja simbólica, natural, cultural, econômica ou política. Isso significa um controle sobre algo volúvel, capaz de burlar a ordem imposta pelo Estado, devido à supervivência do grupo inserido naquele local, formando elementos específicos e princípios característicos – psicológicos, biológicos e sociais –, presentes no território e delimitados por fronteiras imaginárias, respeitando as relações persuasivas entre os grupos (RIBEIRO; MATTOS, 1996; MODARDO, 2009; HAESBAERT, 2014).

A ação sobre o corpo, o adestramento, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualiza – homem – como produção do poder (FOUCAULT, 1985, p. 20).

O corpo também é considerado um território; essencialmente, o primeiro território, pois delimita seu local. Especificamente, no caso da prostituição, o próprio sexo cumpre com a função de espaço; conseqüentemente, de território. Sua construção baseia-se em sentimentos afetivos e relações de soberania e poder sobre os seres humanos. Nota-se que corpo é um termo amplo, devido à sua função e aos seus aspectos – físico e lúdico –, o que evidencia lugares e espaços (BOIVIN, 2012).

Por exemplo, existe uma exposição do território-corpo nos classificados de um grande jornal impresso de Goiânia, em que a construção divulgada remete à fantasia simbólica, com características específicas e exploração do desejo, o que induz à construção de imagens – corpos malhados e esculpido –, aguçando imaginário dos clientes (SILVA, 1994; MODARDO, 2009; O POPULAR, 2016).

Fica claro, portanto, que o corpo como território pode ser visto também por meio da configuração da identidade, moldando o estilo de vida e as diversas formas de caracterização do indivíduo – classe social e preferências (CASTRO, 2008).

Considerações finais

Em Goiânia, a trama para a construção dos territórios foi desmistificada por meio da apropriação de algumas áreas urbanas e mídias, que promovem as interações sociais entre os acompanhantes e os clientes. Com uma narrativa teórica, desbravando os conceitos de território, territorialidade, desterritorialidade, reterritorialidade, multiterritorialidade e microterritorialidade, vinculadas às concepções antropológicas, culturais, simbólicas e móveis, foi possível mapear os distintos territórios utilizados na pesquisa.

Nesta pesquisa procedeu-se, inicialmente, a uma revisão bibliográfica, com base no Estado da Arte, sobre prostituição masculina. Realizou-se também entrevistas com garotos de programas, com o objetivo de entender a concepção imaginária desses indivíduos, bem como seu território econômico – o comércio do sexo. Ademais, procedeu-se ao levantamento das dimensões espaciais dos territórios fixos, onde se instalam os acompanhantes do Setor Central, em Goiânia, identificando o quadrilátero da região compreendida entre as ruas 2, 8, 3 e 7 (DIÁRIO DA MANHÃ, 2016, p. 1-2; O POPULAR, 2016).

Verificou-se que a movimentação no Setor Central da Cidade dá-se entre os pontos móvel e simbólico. Observou-se também que o território fixo ocorre durante horários não comerciais, ou seja, no período noturno. Além disso, foram identificados mecanismos que concebem territórios fixos nas mídias – jornais, sites e aplicativos –, que promovem a divulgação de território; nesse caso, o corpo.

O que aqui foi apresentado não esgota o tema ora abordado. Nota-se, de um lado, a mobilidade dos indivíduos, rompendo barreiras por meio das mídias; de outro, o aspecto físico, porém simbólico, daqueles que utilizam territórios volúveis, sendo estes destinados, no período diurno, ao comércio, transformando-se, no período noturno, em novos territórios, agora com acesso real ou virtual, permitindo também o estabelecimento de relações comerciais.

Diante do que foi apresentado, conclui-se que os territórios promovem a migração, o desenraizamento, o rompimento de fronteiras para um mundo e suas virtualidades, em uma nova relação de entendimento acerca das diversas formas de divulgação e comercialização do território-corpo.

Referências

ANDRADE, A. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ANDRADE, L. T.; TEIXEIRA, A. E. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos MetrÓpole**, n. 11, p. 137-157, 1º sem. 2004.

BARRETO, R. C. V. Território e preconceito: um olhar sobre o território e preconceito - um olhar sobre o território de convivência homossexual da Farme de Amoedo. **Caderno Espaço Feminino**, v. 20, n. 2, ago./dez. 2008.

BARTHE-DELOIZY, F. Le corpspeut-ilêtreunobjetdusavoirgéographique? Ou commentinterrogerlecorpspourmieuxcomprendrel'espacedessociétés? **Géographieetcultures**, n. 80, p. 229-247, 2011. Disponível em: <https://gc.revues.org/544>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BOIVIN, N. Territoires hédonistes Du sexe. Pour une géographie des subjectivations. **Géographie et cultures**, n. 83, p. 87-100, 2012. Disponível em: <https://gc.revues.org/2068>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2002.

BURGOS, M. B. Cidade, Territórios e Cidadania. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.

BURROWES, P. Viagem ao território da publicidade. **Revista ESPM – Comum. mídia consumo – Economia Política**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 205-219, 2005.

CARDOSO, C. Não tá fácil para ninguém: internet afetando a mais antiga das profissões. Meio Bit. 28.10.2014. Disponível em: <http://meiobit.com/301707/tinderegrindrameacaaprostituicao/>. Acesso em: 09 abr. 2016.

CASTRO, A. L. O corpo como território de construção de identidades na cultura contemporânea. 2008. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalho_s/GT%2030/Ana%20L%C3%BAcia.pdf. Acesso em: 09 ago. 2016.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DICIONÁRIO MICHAELLIS. **Definição Rua**. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/rua%20_1039385.html. Acesso em: 30 mar. 2016.

FERREIRA, N. S. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

FIGUEIREDO, G. de O.; BRITO, D. T. de S.; BOTAZZO, C. Ideologia, fetiche e utopia na saúde: uma análise a partir da saúde bucal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 3, p. 753-763, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n3/17455.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento:** uma visão do estado da arte. Territórios com identidade cultural. RIMISP, 2006. Disponível em: http://camara.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_cmo_Base_as_Estrategias_Deenvolvimento.pdf. Acesso em: 14 set. 2016.

FORTUNA, C. (Micro) territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terr@ Plural**, v. 6, n. 2, p. 199-214, 2012. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/tp/article/view/3278>. Acesso em: 29 mar. 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 20-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a03>. Acesso em: 16 set. 2016.

GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

GOFFMAN, E. **Comportamentos em Lugares Públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONDIM, G. M. de M.; MONKEN, M. Territorialização em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas-SP: Papitus, 1990.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **Spaces of Capital**. Towards a Critical Geography. New York: Routledge, 2001.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador, BA: EDUFBA, 2009.

IANNI, O. A questão nacional na América Latina. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-40, mar. 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2016.

LÊNIN, V. I. **O estado e a revolução:** o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 4. ed. Portugal: Editorial Presença, 1980.

MEDEIROS, M. **Olhando a lua pelo mundo da rua:** representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-25022003-082739/pt-br.php>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MODARDO, M. L. **O Corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação:** o biopoder e a sociedade de controle. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2016.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

O POPULAR. **Jornal Classificados**, Goiânia, ano 78, p. 7, n. 22908. J Câmara e irmãos S/A: 2016.

OLIVEIRA, J. C. A casa e a rua: frutos do trabalho social ou local de dominação? **Boletim Goiano de Geografia**, v. 18, n. 1, p. 47-62, 1998. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4288/3762>. Acesso em: 16 set. 2016.

ORNAT, M. J. **Território Descontínuo e Multiterritorialidade na Prostituição Travesti no Sul do Brasil**. 2011. 281 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.gete.net.br/joomla/attachments/article/77/Projeto%20de%20TESE.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

POMPEI, C. S. et al. **Estudio multidisciplinario del ecosistema manglar em la comunidad tradicional de Cerral Velho**. Institut de Ciència i Tecnologia Ambientals UAB, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier/Groupe Réseaux**, v. 3, n. 7, p. 263-279, 1987. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/flux_1162-9630_1987_num_3_7_1053. Acesso em: 16 set. 2016.

REIS, J. Território e políticas do território. A interpretação e a ação. **Finisterra**, v. 1, n. 100, p. 107-122, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/fin/n100/n100a10.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

RIBEIRO, M. A. C.; MATTOS, R. B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Território**, v. 1, n. 1, p. 60-76, 1996. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/01_6_ribeiro_%20mattos.pdf. Acesso em: 14 set. 2016.

SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Coleção Geografia em Movimento).

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO. **Plataforma Logística Multimodal de Goiás**. Audiência Pública, 2013. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-11/plataforma-logistica-multimodal-degoias_audiencia-publica_vf.pdf. Acesso em: 16 set. 2016.

SILVA, A. C. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, J. M. (Org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa-PR: Toda palavra, 2009.

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografias: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1995.

SOUZA, T. P.; CARVALHO, S. R. Apoio territorial e equipe multirreferencial: cartografias do encontro entre o apoio institucional e a redução de danos nas ruas e redes de Campinas, SP, Brasil. **Interface Comunicação e Saúde Educacional**, 18 Supl, v.1, p. 945-956, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s1/1807-5762-icse-18-1-0945.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

TAVARES, M. O Mapa da prostituição na Grande Goiânia. **Diário da Manhã**, Goiânia, 26 jan. 2014.

VILELA, B. P. **Interpretação das paisagens culturais na Bacia Hidrográfica do rio caldas**: uma proposta de princípios para ações em educação ambiental sustentada. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

Artigo recebido em 26-05-2017
Artigo aceito para publicação em 22-11-2017